

Conservação da Natureza a grande ausente da orgânica do XXIV Governo Constitucional

A Ordem dos Biólogos vê com grande apreensão o desaparecimento da Conservação da Natureza na orgânica do Governo.

Uma democracia madura, numa europa democrática, solidária, preocupada com o presente sem hipotecar o futuro, deve valorizar o ambiente, enquanto um bem maior garante da sobrevivência e da sustentabilidade. Mas, isso abarca as políticas públicas na área da conservação da natureza, da salvaguarda do ambiente terrestre e marinho, da preservação da biodiversidade, da mitigação das alterações climáticas e da transição energética, da preservação e promoção do capital natural como um bem indispensável à nossa própria sobrevivência.

Estranhamente, algumas destas matérias ficaram ausentes na orgânica conhecida do XXIV Governo Constitucional. No elenco governativo tornado público no final da semana as pastas do ordenamento do território e a conservação da natureza estavam ausentes, e se o primeiro foi corrigido no momento da tomada de posse dos Secretários de Estado, igual sorte não teve o segundo que continua no limbo. Dir-nos-ão que não se trata de uma omissão, pois tais matérias estarão integradas numa secretaria de estado que recebeu outro nome e num ministério que tem uma designação mais abrangente! Mas o que se afigura realmente relevante é que estas pastas perderam de tal forma importância política que não têm sequer dignidade para constar no nome de uma secretaria de estado.

Se olharmos de forma mais fina para a designação e distribuição das pastas ministeriais e das secretarias de estado verificamos, com alguma apreensão, que as matérias de cariz mais técnico-científico que respeitam ao **Ambiente** e ao **Território**, considerados de forma holística e não meramente produtores de serviços com elevado retorno financeiro, estão, pelo menos aparentemente, técnica e politicamente mais frágeis e/ou ficaram esquecidas. É estranho, pela sua natureza estruturante e global e porque não consta que o ordenamento do território, o clima, a conservação da natureza, o mar, sejam matérias de “esquerda” ou de “direita”. Não foi essa a *praxis* de anteriores governos AD/PSD. E nos dias que correm todas estas áreas em conjunto e cada uma *per si* comportarem dossiers complexos, com compromissos internacionais a cumprir a curto prazo, e envolvendo difíceis negociações multissetoriais internas e externas.

Basta citarmos alguns exemplos para evidenciar a complexidade, o peso e a dimensão de alguns destes assuntos: os compromissos da Estratégia Europeia de Biodiversidade 2030 e as metas a alcançar até essa data em matéria de conservação da natureza; a gestão da rede nacional de áreas protegidas e classificadas ao abrigo de diretivas e convenções internacionais que ocupam no total cerca de 21% do território e precisam de uma atenção redobrada no curto prazo; a transição climática e a aplicação da lei do clima – que

transcende em muito as questões energéticas; os serviços dos ecossistemas – considerados como um serviço prestado que terá de ser ressarcido para que continuemos a ter biodiversidade, paisagem e gentes a viver nos territórios, e que passa também pela renaturalização e restauro de habitats; o mar – quer considerando as áreas marinhas protegidas, quer o aproveitamento das nossas águas territoriais e a extensão da plataforma marítima, a eólica offshore ou a mineração do mar profundo. São apenas alguns dossiers concretos que o Governo terá de agarrar no curto prazo.

Aguardamos expectantes pelo programa de governo e esperamos que estas matéria aí estejam refletidas. Acreditamos que, paralelamente aos grandes dossiers económicos e sociais que preocupam e estarão no centro da atenção governativa, o ambiente e a sustentabilidade, enquanto pedras basilares para o desenvolvimento e para aceleração de políticas económicas, de promoção social e da qualidade de vida dos cidadãos, sejam igualmente valorizados, na medida certa e com o rigor e a exigência que merecem.

Temos um país muito rico em paisagens, em diversidade, em recursos naturais. O uso adequado destes recursos (não apenas como postais turísticos) será mais-valia para o desenvolvimento sustentável do país. Temos o conhecimento, os mecanismos e os meios para fazer.

Contarão com os Biólogos para colaborar de forma ativa e positiva nesse desiderato.

07.04.2024

A Ordem dos Biólogos